

ELEIÇÕES 2018

MAIS QUE PROMESSAS

Compromissos reais
com a infância e a
adolescência no Brasil

unicef 

para cada criança

REALIZAÇÃO

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)
Florence Bauer — Representante do UNICEF no Brasil
Esperanza Vives — Representante adjunta do UNICEF no Brasil
Michael Klaus — Chefe de Comunicação e Parcerias do UNICEF no Brasil

NÚCLEO EDITORIAL

Elisa Meirelles Reis, Pedro Ivo Alcantara e Michael Klaus (Coordenação Editorial); Ítalo Dutra e Júlia Ribeiro (Educação); Cristina Albuquerque (Saúde); Fabiana Gorenstein e Rosana Vega (Proteção à Criança); Gabriela Mora e Mario Volpi (Adolescentes); Liliana Chopitea (Política Social); Boris Diechtiareff e Willian Wives (Dados Estatísticos).

PRODUÇÃO EDITORIAL

Produção de conteúdo: Elisa Meirelles Reis
Projeto gráfico, diagramação e capa: Victor Malta

Foto de capa:
©UNICEF/BRZ/Raoni Libório

www.unicef.org.br
www.facebook.com/unicefbrasil
www.twitter.com/unicefbrasil
www.instagram.com/unicefbrasil

SUMÁRIO

É preciso fazer mais por cada criança e adolescente, Florence Bauer	5
Introdução: Avanços e desafios na garantia dos direitos de meninas e meninos	6
1. Superar a pobreza é MAIS QUE melhorar a renda	8
2. Reduzir a violência é MAIS QUE segurança pública	10
3. Assegurar o direito à educação é MAIS QUE matricular na escola	12
4. Garantir a sobrevivência das crianças é MAIS QUE haver serviços de saúde	14
5. Promover a boa nutrição é MAIS QUE acesso a alimentos	16
6. Participar da democracia é MAIS QUE votar aos 16 anos	18
Tabelas e dados	21



É preciso fazer mais por cada criança e adolescente

UNICEF convoca candidatas e candidatos a colocar a infância e a adolescência no centro da agenda eleitoral

Nas eleições de 2018, as mais variadas propostas políticas de como melhorar o País serão apresentadas. No emaranhado de debates e programas, nem sempre será possível distinguir o que são apenas promessas genéricas das propostas viáveis, que podem mudar para melhor a situação atual.

Nesse contexto, o UNICEF convoca as candidatas e os candidatos a um compromisso público com a garantia dos direitos de cada criança e adolescente, em especial quem está mais vulnerável ou em situação de exclusão.

Nas últimas décadas, o Brasil promoveu um forte processo de inclusão social de crianças e adolescentes. Entretanto, uma significativa parcela continua à margem dessas conquistas. Nos próximos quatro anos, MAIS QUE manter os avanços do País até hoje, é preciso ir além e desenvolver políticas públicas que possam reduzir a desigualdade e as privações que afetam tantas meninas e tantos meninos no Brasil.

O UNICEF propõe, neste documento, seis desafios essenciais que precisam estar na pauta destas eleições:

1. Superação da pobreza, em suas múltiplas dimensões
2. Redução da violência contra crianças e adolescentes
3. Promoção de uma educação de qualidade para todas e todos
4. Garantia da saúde e do direito à vida a todas as crianças
5. Oferta de uma alimentação saudável para cada menina e menino
6. Efetivação do direito à participação de crianças e adolescentes

Em todos eles, é necessário considerar ações de superação do racismo e do sexismo que impactam a vida de meninas e meninos. Para superar cada desafio, são necessários investimento, políticas públicas e ações. Colocar a infância e a adolescência como prioridades na agenda nacional nos próximos quatro anos é essencial para que o País consiga reverter o quadro atual de desigualdades e garantir todos os direitos de cada menina e menino brasileiro, sem exceção.

Conheça, nas próximas páginas, as propostas do UNICEF para as eleições 2018. E faça parte desse compromisso.

Florence Bauer, representante do UNICEF no Brasil

Avanços e desafios na garantia dos direitos de meninas e meninos

Nas últimas décadas, o País realizou enormes conquistas para suas crianças e seus adolescentes. No entanto, grande parte dos 57 milhões de meninas e meninos se encontra excluída do progresso e luta contra barreiras que impedem a realização de seus direitos.

Por isso, não basta fazer mais do mesmo. É preciso manter os compromissos que já foram firmados e criar novas oportunidades para que cada criança, cada adolescente possa alcançar o seu pleno potencial e contribuir com o desenvolvimento do País.

As conquistas das últimas décadas...

- A pobreza infantil monetária foi reduzida entre 2005 e 2015.
- O percentual de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos fora da escola caiu de 19,6% para 6,5% entre 1990 e 2015.
- O percentual de crianças com desnutrição crônica (medida pela baixa estatura da criança para a idade) caiu 50% no Brasil entre 1996 e 2006, passando de 13,4% para 6,7% das crianças menores de 5 anos.

... não alcançam todas e todos.

- A pobreza monetária ainda afeta 34% das crianças e dos adolescentes.
- Ainda morrem, a cada ano, 42 mil crianças de até 5 anos de idade no Brasil.
- Todos os anos, milhares de adolescentes perdem a vida vítimas de homicídio. A cada dia, 31 meninas e meninos de 10 a 19 anos são mortos no País. Ser negro aumenta em três vezes o risco de ser assassinado no País.
- Na adolescência, 17,5% das meninas e dos meninos estão acima do peso, sendo que 8,2% já sofrem com a obesidade.
- 2,8 milhões de meninas e meninos estão fora da escola, 1,59 milhão (57%) desse grupo têm entre 15 e 17 anos. Uma parcela significativa nem chegou a concluir o ensino fundamental.

Esses desafios são altamente inter-relacionados

Mais de 30% das crianças indígenas são afetadas por desnutrição crônica. Isso contribui diretamente para que esse grupo populacional tenha um índice de mortalidade infantil muito mais alto que a média das crianças no Brasil (31/1.000 comparado com 14/1.000).

Adolescentes que abandonam a escola têm um risco mais alto de ser vítimas de homicídio do que quem conclui o ensino médio. O risco é ainda mais alto quando se consideram adolescentes negros do sexo masculino, moradores das periferias das grandes cidades.

A exclusão social das crianças e dos adolescentes tem muitas razões. Entre elas, está a discriminação contra certos grupos da sociedade, adolescentes LGBT, crianças e adolescentes com deficiência e meninas e meninos negros, indígenas ou de comunidades tradicionais.

O desenvolvimento de cada país depende das oportunidades dadas hoje a crianças e adolescentes para que possam construir um futuro melhor. Por essa razão, lideranças mundiais puseram meninas e meninos no centro da Agenda 2030. Dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 11 estão diretamente relacionados a elas e eles.

A Agenda 2030 estipula a meta global de não deixar ninguém para trás e focar em quem é mais vulnerável. O Brasil se comprometeu com a implementação da Agenda 2030 e esse é um compromisso que deve estar refletido nas eleições 2018.

O País tem que colocar o bem-estar de meninas e meninos no centro da sua agenda eleitoral. É esta a proposta do UNICEF para as eleições 2018: focar os esforços do País em investimento, políticas públicas e ações para superar a pobreza na infância, reduzir a violência contra crianças e adolescentes, assegurar educação de qualidade para todas e todos, garantir o direito à vida a todas as crianças, promover uma alimentação saudável a meninas e meninos, e assegurar que crianças e adolescentes façam parte, de fato, do processo democrático.

Confira, a seguir, como está o cenário brasileiro em cada um desses temas e quais são os compromissos que o UNICEF sugere para o Brasil nas eleições 2018 e nos próximos anos de gestão.

Superar a pobreza é MAIS QUE melhorar a renda

No Brasil, 18 milhões de crianças e adolescentes moram em domicílios com renda insuficiente. Os números preocupam, mas o problema pode ser ainda maior. Isso porque a renda é um fator importante, mas ela não é suficiente para explicar os múltiplos aspectos que envolvem o bem-estar e a garantia de direitos de meninas e meninos.

Além desses 18 milhões, há outros 14 milhões de crianças e adolescentes que não são monetariamente pobres – isto é, residem em domicílios com renda suficiente para cobrir uma cesta adequada de bens –, mas sofrem privação de pelo menos um de seus direitos fundamentais.

A conclusão é de um estudo realizado pelo UNICEF, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2015. Nele, foi mapeado o acesso de crianças e adolescentes a educação, informação, água, saneamento, moradia, segurança alimentar e proteção contra a violência.

A ausência de um ou mais direitos coloca a pessoa em uma situação de “privações múltiplas” – uma vez que os direitos de crianças e adolescentes não são divisíveis, têm de ser assegurados conjuntamente.

Os resultados mostram que a pobreza monetária foi reduzida no País na última década, mas as múltiplas privações não diminuíram em igual proporção. Quase metade das crianças e dos adolescentes no Brasil não tem todos os seus direitos respeitados; e 19% sofrem ao menos uma vulnerabilidade extrema – como falta de acesso à escola. São quase 27 milhões de meninas e meninos com privações não monetárias moderadas e mais de 10,2 milhões com privações extremas. Entre as principais privações, está o acesso a água e saneamento. No Brasil, 2 em cada 10 meninas e meninos vivem em domicílio sem saneamento adequado.

Os problemas são mais graves entre crianças e adolescentes de populações negras. Nesse grupo, a taxa de privações múltiplas é de 58%, enquanto entre a população branca está em 38%. As privações se concentram nas regiões Norte e Nordeste, em que mais de 60% das crianças e dos adolescentes têm ao menos um direito violado.

O enfrentamento da pobreza e das privações múltiplas na infância e na adolescência deve ser prioridade nas demandas do eleitorado e nos programas de candidatas e candidatos à próxima eleição. MAIS QUE ações pontuais para melhorar a renda, os novos governos devem investir em políticas multissetoriais, que integrem diferentes áreas, com ações eficazes e multidimensionais.

61%

das meninas e dos meninos brasileiros vivem na pobreza, em suas múltiplas dimensões.*

Elaboração UNICEF, com base na Pnad 2015

*Proporção de crianças e adolescentes que sofrem ao menos uma privação em seus direitos fundamentais (educação, acesso a informação, água, saneamento, moradia e proteção contra violência).



É PRECISO

investimento

Analisar e divulgar o orçamento público destinado a crianças e adolescentes no Brasil.

Monitorar o impacto do orçamento público alocado para crianças e adolescentes nos três níveis federativos.

Incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias a obrigatoriedade de apuração e divulgação do Orçamento Criança e Adolescente em âmbito federal.

Analisar os espaços fiscais para a ampliação de programas de investimento público multissetoriais.

políticas

Estabelecer, mediante lei federal, que o Estado meça periodicamente a pobreza infantil monetária e não monetária, para o desenho das políticas públicas.

Avaliar os programas de proteção social e os impactos diretos e indiretos nos direitos de crianças e adolescentes.

Promover políticas públicas de combate à pobreza, adaptadas a cada região, às diferenças raciais e aos diversos grupos afetados pela pobreza.

ações

Incluir na Pnad contínua e nas pesquisas estaduais módulos com monitoramento periódico, como segurança alimentar e saúde.

Incluir no Censo 2020 módulos para monitorar a efetivação dos direitos de meninas e meninos no Brasil.

Criar uma subcomissão para os ODS-Crianças e Adolescentes na Comissão Nacional para os ODS.

Promover programas de formação de mães e pais, como instrumentos de redução da pobreza infantil.

2

Reduzir a violência é MAIS QUE segurança pública

O Brasil quer renovação, mas perde uma enorme parcela de sua população, cheia de energia e vontade de mudar: os adolescentes. A cada dia, 31 meninas e meninos de 10 a 19 anos são vítimas de homicídio no País. Em 2015, foram mais de 10 mil meninos mortos no Brasil – mais que todos os meninos mortos na Síria no mesmo ano.

Muitas vidas salvas na infância são perdidas na adolescência. Entre 1995 e 2005, a redução da mortalidade infantil permitiu que o País salvasse 239 mil crianças, que deixaram de morrer por causas evitáveis. Mas parte delas não chegou à idade adulta. Na década seguinte (2006 a 2015), cerca de 100 mil adolescentes foram vítimas de homicídios no Brasil.

O País conhece o perfil dessas mortes: são, em sua maioria, meninos, negros, que vivem nas periferias dos grandes centros e vêm de famílias com baixo poder aquisitivo. Suas trajetórias têm muitos pontos em comum.

A vida desses adolescentes é marcada, desde cedo, por violações de direitos, incluindo a discriminação racial. Em 2017, um estudo do UNICEF e parceiros analisou a trajetória de adolescentes mortos em sete cidades do Ceará. Mais de 68% eram “não brancos”; 70% estavam fora da escola havia pelo menos seis meses; 78% tiveram experiências de trabalho, mas a maioria sem respeito à legislação trabalhista; muitos foram mortos por armas de fogo; e as mortes foram anunciadas: em Fortaleza, mais de 50% foram ameaçados antes de ser mortos.

Há também um contexto de impunidade. Em praticamente metade dos municípios analisados, ninguém foi preso ou detido pelos homicídios. É um fenômeno silencioso que tem que ser enfrentado: é preciso falar sobre ele para encontrar soluções de consenso eficazes, baseadas nos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Mudar o cenário atual é urgente. Desde 2012, a taxa de homicídios de adolescentes é mais alta do que a da população em geral. Ou seja: no Brasil é mais perigoso ser um adolescente do que um adulto. Por outro lado, orçamentos e políticas de prevenção e promoção da inclusão social dessas meninas e desses meninos tornam-se cada vez mais limitados.

Combater e prevenir a epidemia dos homicídios requer MAIS QUE focar apenas em segurança pública. É preciso analisar as causas sociais da violência, garantir oportunidades de educação e emprego para os adolescentes mais vulneráveis e se comprometer a pôr fim à impunidade e investigar cada homicídio. O direito a crescer sem violência é MAIS QUE segurança pública ou polícia.

31 crianças e adolescentes são assassinados por dia no Brasil.

(Estimativa do UNICEF com base no Datasus 2016)

Desde 2012, adolescentes são proporcionalmente **mais vítimas** de homicídios do que a população em geral.

Adolescentes negros têm **3 vezes** mais risco de ser mortos do que brancos.

(IHA, 2014)

É PRECISO

investimento

Garantir dotações orçamentárias adequadas para programas multissetoriais que integrem aspectos da segurança pública com programas de educação e emprego, assistência social e proteção para os adolescentes mais vulneráveis e suas famílias.

Investir em levantamentos e análises das trajetórias e dinâmicas que levam os adolescentes a ser vítimas de homicídio e identificar as áreas de mais alto risco nas zonas urbanas.

políticas

Adotar planos nacionais e estaduais de redução da violência que desnaturalizem os homicídios e introduzam uma abordagem multissetorial, coordenada nos três níveis federativos.

Desenvolver políticas adaptadas às necessidades locais com sociedade civil e adolescentes.

Reforçar a legislação para limitar o acesso e a circulação de armas de fogo. E para garantir a investigação dos homicídios e a responsabilização dos envolvidos.

ações

Nos territórios em que se concentram os homicídios, realizar ações de proteção de adolescentes ameaçados e de articulação das políticas de segurança com as demais políticas sociais.

Adotar protocolos de prevenção de conflitos e de atendimento a famílias e pessoas do círculo de amizade de adolescentes vítimas de homicídios.

Reforçar a formação continuada dos agentes de segurança pública.

3

Assegurar o direito à educação é MAIS QUE matricular na escola

O Brasil conseguiu ampliar o acesso à escola, mas há desafios fundamentais. A exclusão escolar ainda não está solucionada, e existe uma parcela considerável de crianças e adolescentes que até chega a frequentar a escola, mas, por falta de qualidade na educação oferecida, acaba deixando as salas de aula, sem aprender.

No Brasil, 2,8 milhões de meninas e meninos de 4 a 17 anos estavam fora da escola em 2015. Desse total, quase 1,6 milhão tinham entre 15 e 17 anos, haviam passado pela escola, mas evadiram, e outros 820 mil estavam fora da educação infantil, podendo ter esse direito perdido para sempre. A exclusão escolar afeta principalmente meninas e meninos das camadas mais vulneráveis da população, já sem outros direitos constitucionais. Do total fora da escola, 53% vivem em domicílios com renda per capita de até ½ salário mínimo.

Garantir o direito à educação é MAIS QUE ofertar vagas na escola. Por um lado, é preciso unir diferentes setores – Educação, Saúde e Assistência Social, entre outros – para ir atrás de quem está fora, entender as causas da exclusão escolar e tomar as medidas necessárias para saná-las e garantir a matrícula. Por outro, é preciso repensar a escola para garantir a permanência de cada uma e cada um nela, aprendendo.

O sistema brasileiro de educação não tem sido capaz de garantir oportunidades de aprendizagem a todas e todos. Muitas meninas e muitos meninos ficam para trás. Com muitas reprovações, acabam saindo da escola. Segundo o Censo Escolar de 2017, 12% dos estudantes dos anos iniciais e 26% de quem está nos anos finais do ensino fundamental têm dois ou mais anos de atraso escolar. No ensino médio, a situação é ainda mais grave: 28%. Em números absolutos, no total, são mais de 7,2 milhões de meninas e meninos em risco de evadir.

Por trás do fracasso escolar, estão problemas complexos. Falta conexão entre o que é ensinado e a realidade dos estudantes. O desinteresse pela educação ofertada na escola é uma das causas mais citadas para o abandono. Crianças e adolescentes, pobres, LGBT, com deficiência, negros ou indígenas – entre outros – sofrem com a discriminação. A gravidez na adolescência, o racismo e a necessidade de trabalhar afastam estudantes da escola.

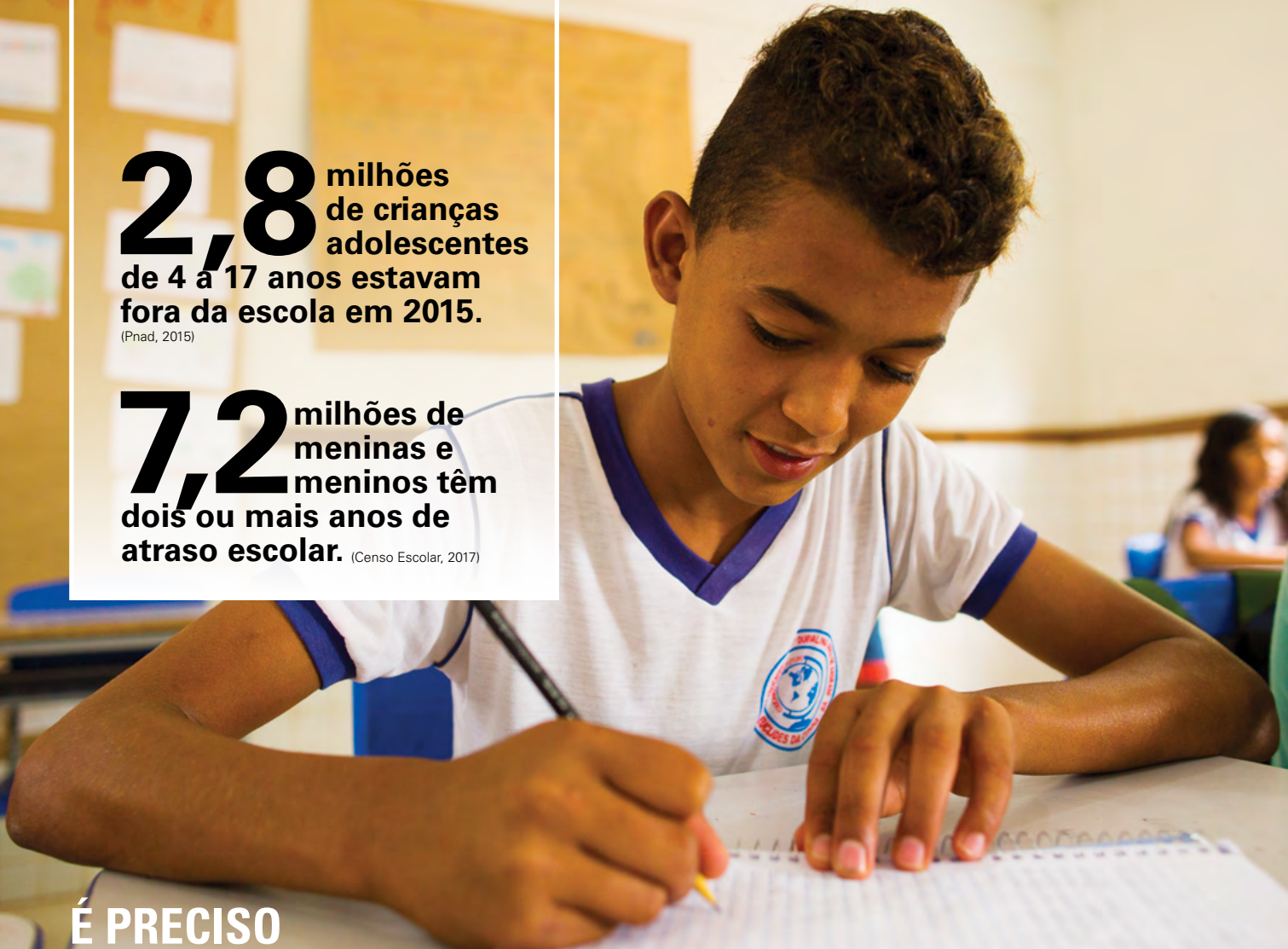
Compreender as necessidades de crianças e adolescentes é essencial para promover trajetórias de sucesso escolar. Há que se rever a escola e investir em metodologias participativas, flexíveis e voltadas à participação de alunos e da comunidade escolar no processo de aprendizagem.

2,8 milhões de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos estavam fora da escola em 2015.

(Pnad, 2015)

7,2 milhões de meninas e meninos têm dois ou mais anos de atraso escolar.

(Censo Escolar, 2017)



É PRECISO

investimento

Ampliar o investimento de recursos públicos na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio (10% do PIB) conforme aprovado no Plano Nacional de Educação.

Garantir a eficácia dos investimentos em educação, fazendo com que os recursos sejam usados para reduzir as desigualdades na oferta de educação para os grupos mais vulneráveis.

políticas

Desenvolver uma política de valorização docente que lhes garanta condições de trabalho para oferecer oportunidades reais de aprendizagem a estudantes, em especial os afetados pela pobreza.

Desenvolver a política de promoção da igualdade racial na educação por meio das leis 10.639/03 e 11. 645/08.

Integrar políticas de educação, assistência social, trabalho, cultura, esporte e lazer para o retorno e a permanência de adolescentes na escola.

ações

Buscar meninos e meninas que estão fora da escola.

Oferecer condições para que as escolas construam currículos para promover inclusão, igualdade nas relações raciais e equidade nas oportunidades de aprender e desenvolver-se.

Mobilizar o setor privado para cumprir a lei de aprendizagem, promovendo a inclusão social com o primeiro emprego e o desenvolvimento de competências para o mundo do trabalho.

4

Garantir a sobrevivência das crianças é MAIS QUE haver serviços de saúde

Nas últimas décadas, o Brasil se destacou por reduzir significativamente a mortalidade infantil (de até 1 ano) e na infância (de até 5 anos). Entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade infantil caiu de 47,1 para 13,3 mortes para cada 1.000 nascidos vivos, de acordo com o Ministério da Saúde. Os avanços fizeram com que o País superasse a meta de redução da mortalidade infantil prevista nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) antes mesmo do prazo estabelecido.

Entre os fatores responsáveis pelos bons resultados brasileiros até então, estão a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), o modelo de atenção básica centrado na Estratégia de Saúde da Família, o aumento do acesso ao pré-natal, o aumento da escolaridade das mães, a melhoria no acesso a água potável e a alta cobertura vacinal. Até 2015, o Brasil mantinha a vacinação das crianças acima dos 90%, garantindo a proteção delas contra doenças imunopreveníveis, como poliomielite e sarampo.

Contudo, nos últimos três anos, em meio à atual crise econômica, o País entrou em um estado de alerta. Em 2016, pela primeira vez em 26 anos, as taxas de mortalidade infantil e na infância cresceram. E, desde 2015, as coberturas vacinais – que vinham se mantendo em patamares de excelência – entraram em uma tendência de queda.

O aumento da mortalidade preocupa. Em 2016, cresceram no País as mortes por causas evitáveis, como as doenças diarreicas. Aumentou, também, a mortalidade de crianças menores de 5 anos, fato diretamente ligado à piora nos determinantes socioeconômicos. E a mortalidade nos primeiros 27 dias de vida (neonatal) continua sendo um grande desafio.

Soma-se a isso um desestímulo de parte da gestão pública, de alguns profissionais de saúde e da sociedade com a imunização das crianças. A queda na cobertura de vacinas como a tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola) e a vacina contra a poliomielite abre espaço para a volta de doenças até então erradicadas no País.

Recolocar o País no patamar de excelência da última década é urgente. MAIS QUE haver serviços de saúde disponíveis, é preciso focar na qualidade da atenção básica, na qualidade de pré-natal, parto e nascimento e repensar as campanhas de imunização, com busca ativa de crianças não vacinadas, sensibilização de profissionais de saúde e apoio e informação às famílias. Há que se reverter a queda nos gastos públicos em saúde e investir mais em políticas estruturantes, como saneamento básico, voltadas a crianças e famílias vulneráveis.

A taxa de mortalidade infantil cresceu

5,3%

de 2015 a 2016

(de 13,3 para 14,0 a cada 1.000 nascidos vivos)

MS/SVS/CGIAE - SIM/Sinac e Busca Ativa

De 2015 a 2017, a cobertura vacinal

caiu

de 95% para 78,5%

— poliomielite

e de 96% para 85%

— tríplice viral

Programa Nacional de Imunizações



É PRECISO

investimento

Ampliar os investimentos na promoção da saúde, na atenção básica (SUS) e no saneamento básico. Garantir também investimentos em coleta de lixo e tratamento do esgoto.

políticas

Ampliar a estratégia de saúde da família em municípios e territórios vulneráveis.

Fortalecer as políticas de capacitação continuada na atenção básica do SUS.

Focar na qualidade da atenção básica, em especial pré-natal, parto e nascimento, tratamento de doenças infecciosas e parasitárias e prevenção das imunopreveníveis.

Monitorar sistematicamente a cobertura vacinal e criar estratégias para áreas de menor cobertura.

ações

Sensibilizar e mobilizar gestores e profissionais de saúde para reduzir os óbitos de crianças por causas evitáveis.

Sensibilizar e mobilizar os gestores municipais e profissionais de saúde para a necessidade, urgente, de melhorar a cobertura vacinal de rotina realizando busca ativa e aproveitando as campanhas.

Resgatar a percepção dos profissionais de saúde, da sociedade e das famílias, sobre a importância da vacinação.

O Brasil está diante de um quadro preocupante de má nutrição. De um lado, o País reduziu consideravelmente a desnutrição infantil, mas ela ainda afeta populações indígenas, sendo uma das causas dos altos índices de mortalidade infantil indígena.

De outro, o aumento no consumo de alimentos ultraprocessados, ricos em gordura, sal e açúcar, com baixos teores de vitaminas, tem levado a um quadro de sobrepeso e obesidade que compromete a saúde.

Até a década de 90, a desnutrição infantil estava presente em grande parte dos grupos populacionais mais pobres do Brasil, aumentando a incidência de doenças infecciosas e desempenhando um papel importante na sequência de eventos que levavam ao óbito.

De lá para cá, houve uma redução considerável nos índices de desnutrição infantil no País. Entre 1996 e 2006, a desnutrição crônica (medida pela baixa estatura da criança para a idade) caiu 50% no Brasil, passando de 13,4% para 6,7% das crianças menores de 5 anos. Já a desnutrição aguda (baixo peso em relação à altura) passou a ser registrada em apenas 1,5% delas. E esse cenário vem se mantendo em queda no País.

Os bons resultados, no entanto, não alcançam toda a população. No Brasil, cerca de 30% das crianças indígenas são afetadas por desnutrição crônica. Entre os yanomamis, o percentual supera 80%. Meninas e meninos indígenas têm mais de 2 vezes mais risco de morrer antes de completar 1 ano do que as outras crianças brasileiras.

Além de reverter os casos de desnutrição infantil indígena, é preciso olhar para outro fenômeno que, paradoxalmente, atinge o Brasil: a obesidade de crianças e adolescentes. O País enfrenta uma grande mudança de padrão de consumo de alimentos, comprometendo a situação nutricional da infância e adolescência e promovendo o aumento das doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão e diabetes.

O sobrepeso e a obesidade são frequentemente identificados em crianças de 5 anos em todos os grupos de renda, bem como em todas as regiões brasileiras. Alimentos industrializados, ricos em açúcar, sódio, gordura e pobres em nutrientes, tornaram-se parte da rotina alimentar. Ao mesmo tempo, há uma diminuição na prática de atividade física.

MAIS QUE garantir o acesso a alimentos, é preciso políticas específicas para reverter a desnutrição indígena e incentivar a alimentação e os hábitos saudáveis, com destaque para as mudanças na regulamentação do setor de alimentos, bebidas e publicidade dirigida às crianças.

30%

das crianças indígenas
são afetadas por
desnutrição crônica

(Siasi/Sesai/MS, 2016)

10%

das crianças brasileiras
de 5 a 9 anos estão
acima do peso para
a idade

(Sisvan, 2017)



É PRECISO

investimento

Aumentar os impostos sobre as bebidas açucaradas (exemplo: refrigerantes e sucos industrializados) e produtos muito calóricos.

políticas

Criar políticas públicas específicas e adequadas para garantir a boa nutrição de crianças indígenas.

Regulamentar as propagandas voltadas ao público infantil de forma a coibir as ações de marketing relacionadas ao consumo de alimentos ultraprocessados.

Regulamentar a rotulagem frontal de alimentos, tornando fácil e rápida a identificação de produtos muito calóricos e com poucos nutrientes.

ações

Melhorar a alimentação e os ambientes de atividades físicas nas escolas, incluindo normas sobre a venda de alimentos e bebidas.

Ampliar os espaços urbanos recreativos e seguros para que toda a população tenha acesso a uma vida mais saudável.

Apoiar campanhas de incentivo ao aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade e alimentação saudável para a família.

O Brasil vive um momento importante de seu processo democrático. Eleger governantes é um ato central da democracia, e tão importante quanto votar é participar do controle da gestão pública para assegurar que os direitos da população sejam respeitados e atendidos.

A participação é um direito consagrado nas declarações internacionais e nas leis brasileiras, desde a Constituição Federal até o Estatuto da Criança e do Adolescente. Mas ela não acontece num passe de mágica. Trata-se de uma aprendizagem ao longo dos ciclos da vida.

Na infância, o direito à participação deve ser exercitado de maneira lúdica, progressiva e respeitando as fases de desenvolvimento da criança. Já na adolescência, essa participação ganha maior densidade, aproveitando a inventividade, a criatividade e a visão crítica que a população adolescente traz para a sociedade.

Nas últimas décadas, foram criados no País diversos espaços para escutar a opinião e as reivindicações de adolescentes e jovens. Mas, tanto no campo da legislação quanto na área institucional, é preciso avançar ainda mais para promover a efetiva participação de crianças e adolescentes nos espaços formais e informais de tomada de decisões.

É necessário ampliar e fortalecer a participação desse grupo populacional, não apenas oferecendo a oportunidade para que se manifestem, mas, sobretudo, levando em consideração sua palavra e opinião. Com um engajamento efetivo de crianças e adolescentes, gestores podem avaliar as políticas públicas por meio da perspectiva de quem está na ponta dos serviços e depende da qualidade dos programas para se desenvolver por meio de educação, saúde, esporte e lazer, convivência familiar e comunitária.

Para estas eleições de 2018, 1.400.236 adolescentes de 16 e 17 anos tiraram título de eleitor — menos que nas eleições presidenciais de 2014. Essa diminuição não pode ser lida com pessimismo, pois as constantes crises de credibilidade do mundo político e a desconfiança da juventude com a forma de fazer política não retiraram de mais de 20% dos adolescentes com direito ao voto o desejo de participar e tomar decisões.

É na força da participação que está um grande potencial: a democracia do país. A agenda dos direitos de crianças e adolescentes não está completa se a participação não estiver no mesmo nível dos demais direitos.

MAIS QUE apenas escutar as meninas e os meninos do País, é necessário levar em conta sua voz e promover processos participativos também nas decisões que impactam sua vida.



**1,4
milhão**

**de adolescentes de
16 e 17 anos tiraram
título de eleitor para
as eleições de 2018**

(TSE, 2018, e IBGE)

É PRECISO

investimento

Investir recursos públicos para assegurar uma ampla participação de adolescentes nos conselhos de direito, conselhos de juventude e outros espaços formais de participação direta de adolescentes e jovens.

políticas

Criar uma política nacional e políticas estaduais de participação social que definam os mecanismos de participação direta de adolescentes e jovens na tomada de decisões das políticas e dos programas dirigidos a esse grupo populacional.

ações

Criar diálogos entre gestores públicos e os grupos organizados de adolescentes para avaliação de políticas, programas e serviços.

Fortalecer a participação de adolescentes na tomada de decisões em escolas e programas de saúde, cultura, esporte, lazer e assistência social.

Estimular, apoiar e dialogar com os grêmios estudantis. E facilitar o acesso ao cadastramento eleitoral de adolescentes de 16 e 17 anos.



TABELAS E DADOS

HOMICÍDIOS - POPULAÇÃO DE 10 A 19 ANOS DE IDADE

	Número de homicídios	População de 10 a 19 anos	Taxa por 100 mil
Brasil	11.351	33.838.608	34
Acre	79	174.024	45
Alagoas	429	649.276	66
Amapá	99	172.392	57
Amazonas	225	829.790	27
Bahia	1.491	2.598.291	57
Ceará	732	1.610.784	45
Distrito Federal	162	464.496	35
Espírito Santo	293	630.566	46
Goiás	550	1.114.871	49
Maranhão	376	1.394.664	27
Mato Grosso	167	558.064	30
Mato Grosso do Sul	78	444.896	18
Minas Gerais	826	3.244.567	25
Pará	726	1.639.784	44
Paraíba	263	681.415	39
Paraná	478	1.756.257	27
Pernambuco	780	1.654.691	47
Piauí	126	592.528	21
Rio de Janeiro	1.277	2.485.504	51
Rio Grande do Norte	375	596.707	63
Rio Grande do Sul	533	1.640.070	32
Rondônia	75	320.751	23
Roraima	14	109.886	13
Santa Catarina	143	1.044.990	14
São Paulo	671	6.720.036	10
Sergipe	284	419.437	68
Tocantins	99	289.871	34

Fonte: SIM/Datasus, 2016

CRIANÇAS FORA DA ESCOLA

	4 a 17 anos		4 e 5 anos		6 a 14 anos		15 a 17 anos	
	Número absoluto	%	Número absoluto	%	Número absoluto	%	Número absoluto	%
Brasil	2.802.258	6,5%	821.597	15,7%	387.512	1,4%	1.593.151	15,0%
Acre	26.103	8,8%	9.635	30,9%	6.832	4,8%	9.635	16,7%
Alagoas	67.327	8,2%	18.877	21,9%	17.618	3,3%	30.832	15,5%
Amapá	27.063	12,1%	12.612	42,1%	4.204	2,9%	10.247	21,0%
Amazonas	110.008	10,1%	50.773	36,3%	22.457	3,1%	36.778	15,8%
Bahia	220.353	6,2%	46.243	11,8%	39.412	1,7%	134.698	15,4%
Ceará	118.485	6,0%	14.409	6,6%	18.024	1,4%	86.052	17,6%
Distrito Federal	31.803	5,2%	14.604	19,7%	4.219	1,1%	12.981	8,1%
Espírito Santo	50.374	6,3%	13.193	13,5%	7.196	1,4%	29.985	16,0%
Goiás	113.483	8,0%	47.925	27,5%	17.181	1,9%	48.377	14,6%
Maranhão	120.259	6,1%	24.803	10,3%	21.045	1,7%	74.410	16,4%
Mato Grosso	61.304	8,4%	23.208	25,6%	5.255	1,1%	32.842	20,4%
Mato Grosso do Sul	49.930	9,1%	18.116	25,2%	4.860	1,4%	26.953	21,6%
Minas Gerais	239.162	5,8%	71.531	14,5%	29.780	1,2%	137.851	12,9%
Pará	175.273	8,0%	72.943	25,9%	30.254	2,2%	72.076	13,8%
Paraíba	63.999	7,2%	14.868	14,6%	9.697	1,7%	39.434	18,9%
Paraná	154.732	7,0%	44.444	17,5%	20.635	1,5%	89.653	16,1%
Pernambuco	148.729	7,0%	26.115	10,9%	22.050	1,6%	100.564	19,4%
Piauí	42.778	5,3%	5.629	6,1%	9.569	1,8%	27.581	14,1%
Rio de Janeiro	138.573	4,5%	39.748	10,8%	14.044	0,7%	84.781	10,7%
Rio Grande do Norte	50.865	6,7%	11.303	11,6%	6.358	1,3%	33.204	18,7%
Rio Grande do Sul	175.776	8,5%	75.581	30,0%	19.123	1,5%	81.073	15,5%
Rondônia	44.580	10,3%	16.211	28,0%	6.755	2,5%	21.615	19,9%
Roraima	8.059	5,6%	3.513	21,8%	827	0,9%	3.719	11,5%
Santa Catarina	72.373	5,8%	20.064	12,8%	6.449	0,8%	45.860	14,2%
São Paulo	434.032	5,2%	109.725	10,2%	35.863	0,7%	288.444	13,9%
Sergipe	35.560	6,6%	8.432	13,0%	4.766	1,4%	22.362	17,0%
Tocantins	21.275	5,8%	7.092	15,4%	3.039	1,3%	11.144	12,8%

Fonte: Pnad, 2015

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE*

	Anos Iniciais Ensino Fundamental		Anos Finais Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Número absoluto	%	Número absoluto	%	Número absoluto	%
Brasil	1.826.452	12%	3.112.438	26%	2.223.686	28%
Acre	21.213	22,4%	19.403	30,0%	10.744	28,5%
Alagoas	55.622	19,6%	82.474	37,6%	42.989	36,2%
Amapá	17.615	21,6%	19.018	35,0%	13.063	34,9%
Amazonas	73.760	18,0%	101.198	33,3%	84.631	42,4%
Bahia	240.772	21,0%	380.371	40,8%	248.592	43,6%
Ceará	60.370	9,0%	120.362	21,9%	101.292	27,6%
Distrito Federal	20.597	10,0%	42.899	24,6%	26.838	24,6%
Espírito Santo	35.574	12,6%	66.874	30,3%	32.236	26,0%
Goiás	41.088	8,6%	83.545	21,1%	50.873	22,6%
Maranhão	99.845	14,8%	169.677	32,5%	118.315	37,3%
Mato Grosso	13.013	5,1%	21.047	10,3%	36.244	26,2%
Mato Grosso do Sul	37.202	16,4%	55.933	32,1%	31.909	34,9%
Minas Gerais	59.811	4,3%	225.882	19,6%	227.520	27,0%
Pará	193.963	22,8%	249.048	41,3%	170.036	47,5%
Paraíba	54.029	17,2%	90.541	35,6%	50.405	35,1%
Paraná	49.673	6,4%	117.637	18,1%	99.172	22,6%
Pernambuco	125.992	16,9%	170.598	29,9%	91.641	27,0%
Piauí	55.669	20,0%	74.427	35,4%	54.591	39,3%
Rio de Janeiro	198.511	17,8%	278.280	31,2%	192.509	33,9%
Rio Grande do Norte	39.104	14,8%	80.983	38,2%	54.479	43,2%
Rio Grande do Sul	81.859	11,6%	189.970	31,1%	114.970	33,3%
Rondônia	18.280	11,6%	36.097	31,6%	18.585	31,2%
Roraima	7.710	14,2%	10.910	27,6%	6.201	27,5%
Santa Catarina	31.349	6,8%	80.640	21,0%	50.301	22,7%
São Paulo	140.654	4,7%	250.639	11,1%	241.761	13,4%
Sergipe	39.475	21,0%	62.685	43,0%	34.085	43,1%
Tocantins	13.702	9,9%	31.300	28,3%	19.704	30,3%

Fonte: Inep, 2016

*Percentual de alunos com dois ou mais anos de atraso escolar

TAXA DE MORTALIDADE (POR 1.000 NASCIDOS VIVOS)

	Infantil (menores de 1 ano)	Na infância (menores de 5 anos)
Brasil	14,0	16,4
Acre	15,6	19,5
Alagoas	15,3	18,2
Amapá	22,8	26,8
Amazonas	18,6	22,4
Bahia	18,0	20,5
Ceará	14,3	16,8
Distrito Federal	10,3	11,9
Espírito Santo	11,7	14,2
Goiás	15,4	17,8
Maranhão	16,3	19,1
Mato Grosso	17,1	21,2
Mato Grosso do Sul	12,9	15,9
Minas Gerais	13,8	16,1
Pará	18,3	22,0
Paraíba	15,2	17,9
Paraná	10,5	12,4
Pernambuco	15,7	18,3
Piauí	19,5	22,3
Rio de Janeiro	13,6	15,8
Rio Grande do Norte	15,2	18,0
Rio Grande do Sul	10,2	11,8
Rondônia	14,6	17,2
Roraima	20,4	25,8
Santa Catarina	8,8	10,3
São Paulo	11,1	12,8
Sergipe	17,3	19,9
Tocantins	15,5	19,1

Fonte: MS/SVS/CGIAE - SIM/Sinac e Busca Ativa, 2016

COBERTURAS VACINAIS

	Tríplice viral D1 (sarampo, caxumba e rubéola)	Tríplice bacteriana – DTP (difteria, tétano e coqueluche)	Poliomielite
Brasil	87%	79%	80%
Acre	79%	72%	73%
Alagoas	103%	80%	81%
Amapá	78%	61%	64%
Amazonas	84%	76%	76%
Bahia	81%	73%	74%
Ceará	122%	105%	106%
Distrito Federal	85%	87%	86%
Espírito Santo	89%	82%	82%
Goiás	89%	81%	83%
Maranhão	81%	71%	72%
Mato Grosso	90%	85%	84%
Mato Grosso do Sul	93%	91%	89%
Minas Gerais	84%	78%	78%
Pará	70%	60%	66%
Paraíba	96%	82%	82%
Paraná	90%	88%	88%
Pernambuco	101%	85%	84%
Piauí	81%	74%	76%
Rio de Janeiro	98%	93%	88%
Rio Grande do Norte	80%	67%	66%
Rio Grande do Sul	87%	83%	84%
Rondônia	102%	101%	101%
Roraima	88%	90%	87%
Santa Catarina	88%	83%	85%
São Paulo	76%	71%	71%
Sergipe	89%	80%	79%
Tocantins	89%	85%	85%

Fonte: Programa Nacional de Imunizações, 2017

ELEITORES DE 16 OU 17 ANOS DE IDADE

	Eleitores de 16 e 17 (em 2014)	Eleitores de 16 e 17 (em 2018)
Brasil	1.638.469	1.400.236
Acre	13.814	12.415
Alagoas	33.715	34.749
Amapá	14.468	13.598
Amazonas	38.278	39.249
Bahia	120.561	104.674
Ceará	130.153	112.340
Distrito Federal	21.975	14.538
Espírito Santo	21.072	18.607
Goiás	47.995	44.061
Maranhão	95.547	93.287
Mato Grosso	25.883	24.375
Mato Grosso do Sul	23.456	19.131
Minas Gerais	139.643	112.868
Pará	92.005	85.177
Paraíba	55.113	49.219
Paraná	78.682	70.771
Pernambuco	101.502	88.342
Piauí	56.966	52.271
Rio de Janeiro	75.487	52.743
Rio Grande do Norte	37.477	29.065
Rio Grande do Sul	67.130	53.771
Rondônia	18.104	17.028
Roraima	9.618	9.513
Santa Catarina	45.715	36.306
São Paulo	231.076	172.308
Sergipe	20.557	19.737
Tocantins	22.477	20.093

Fontes: Eleitores: base de dados do TSE relativa ao mês de maio de 2018. População nas faixas etárias: IBGE - Estimativas populacionais enviadas para o TCU, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SGEP/Datasus.

PERCENTUAL DE CRIANÇAS COM PESO ELEVADO PARA A IDADE

	0 a 5 anos	5 a 9 anos
Brasil	7,8%	9,9%
Acre	5,6%	5,5%
Alagoas	9,5%	9,8%
Amapá	4,3%	4,5%
Amazonas	5,1%	6,7%
Bahia	8,0%	8,7%
Ceará	11,1%	12,1%
Distrito Federal	4,7%	7,1%
Espírito Santo	8,1%	9,9%
Goiás	7,9%	10,8%
Maranhão	6,3%	5,9%
Mato Grosso	6,9%	9,6%
Mato Grosso do Sul	6,4%	9,3%
Minas Gerais	7,5%	10,8%
Pará	5,1%	5,0%
Paraíba	10,1%	11,3%
Paraná	7,1%	11,6%
Pernambuco	10,9%	11,9%
Piauí	7,0%	7,2%
Rio de Janeiro	8,0%	13,4%
Rio Grande do Norte	10,1%	11,7%
Rio Grande do Sul	8,3%	14,9%
Rondônia	7,9%	8,7%
Roraima	3,8%	4,7%
Santa Catarina	6,8%	12,0%
São Paulo	7,6%	12,9%
Sergipe	10,2%	9,5%
Tocantins	5,2%	7,2%

Fonte: Sisvan, 2017



para cada criança